

**Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados  
a 31 de Dezembro de 2018**

Associação Protetora das Florinhas de Rua

## Índice

Balanço .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Anexo.....	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	7
3.1. Bases de Apresentação.....	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	14
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	15
6. Outros ativos financeiros.....	16
7. Inventários.....	16
8. Clientes .....	17
9. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	17
10. Outros Créditos a Receber.....	18
11. Diferimentos.....	18
12. Outros Ativos Financeiros.....	19
13. Caixa e Depósitos Bancários.....	19
14. Fundos Patrimoniais.....	20
15. Fornecedores.....	20
16. Estados e Outros Entes Públicos.....	20
17. Financiamentos Obtidos.....	20
18. Outras Dívidas a pagar.....	21
19. Vendas e Serviços Prestados.....	21
20. Subsídios e Doações.....	21
21. Fornecimentos e Serviços Externos.....	22
22. Gastos com o Pessoal.....	23
23. Imparidades (perdas/reversões).....	23
24. Outros rendimentos.....	24
25. Outros gastos.....	24
26. Resultados Financeiros.....	24
27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	25
28. Acontecimentos após data de Balanço.....	25

## Balanço

Associação Protetora das Florinhas da Rua

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativo</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 763 189,38	1 046 615,58
Outros ativos financeiros	6	1 842,59	1 415,61
Subtotal		1 765 031,97	1 048 031,19
Ativo corrente			
Inventários	7		2 032,51
Clientes	8		23 645,33
Estado e outros Entes Públicos	16		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	353 741,63	
Outros créditos a receber	10	14 555,85	59 175,03
Diferimentos	11	370,42	
Outros Ativos financeiros	12	2 829,74	2 829,74
Caixa e depósitos bancários	13	13 815,44	112 751,95
Subtotal		385 313,08	200 434,56
<b>Total do Ativo</b>		<b>2 150 345,05</b>	<b>1 248 465,75</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	146 832,33	146 832,33
Resultados transitados	14	524 596,83	465 315,95
Excedentes de revalorização	14	1 289 029,54	
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	305 902,61	305 902,61
Resultado Líquido do período		(647 841,35)	59 280,88
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>1 618 519,96</b>	<b>977 331,77</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	338 141,91	
Subtotal		338 141,91	
Passivo corrente			
Fornecedores	15	33 450,35	41 885,37
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	16	4 724,68	6 799,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	59 647,66	
Financiamentos obtidos	17	69 399,93	85 000,00
Outras dívidas a pagar	18	26 460,56	137 449,46
Provisões			
Subtotal			
<b>Total do passivo</b>		<b>531 825,09</b>	<b>271 133,98</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 150 345,05</b>	<b>1 248 465,75</b>

Lisboa, 20 de Abril 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO



## Demonstração dos Resultados por Naturezas

Associação Protetora das Florinhas da Rua

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	19	570,00	1 270,00
Subsídios, doações e legados à exploração	20	252 725,83	236 940,40
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7		(16 737,26)
Fornecimentos e serviços externos	21	(101 395,67)	(57 839,78)
Gastos com o pessoal	22	(182 345,54)	(185 637,91)
Imparidade (perdas/reversões)	5,23	(634 745,75)	
Outros rendimentos	24	297 549,16	123 112,12
Outros gastos	25	(244 249,32)	(37 127,38)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(611 891,29)</b>	<b>63 980,19</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(35 071,00)	(3 578,45)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(646 962,29)</b>	<b>60 401,74</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	160,44	502,15
Juros e gastos similares suportados	26	(1 039,50)	(1 623,01)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(647 841,35)</b>	<b>59 280,88</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(647 841,35)</b>	<b>59 280,88</b>

Lisboa, 20 de Abril 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO



## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Protetora das Florinhas da Rua  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos (Donativos/Subsídios/quotizações)	19,20	259 478,80	266 900,40
Recebimentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	15,21	(230 942,50)	(284 518,40)
Pagamentos ao pessoal	22	(115 110,04)	(124 872,03)
Caixa gerada pelas operações		(86 573,74)	(142 490,03)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	10,18	(11 483,94)	147 240,16
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(98 057,68)	4 750,13
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>			
	26	160,44	502,15
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		160,44	502,15
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>			
	26	(1 039,27)	(1 623,01)
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções do fundo</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(1 039,27)	(1 623,01)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(98 936,51)	3 629,27
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	112 751,95	109 122,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	13 815,44	112 751,95

Lisboa, 20 de Abril 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO



## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprio

Associação Protetora das Florinhas da Rua

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO DE 2018 E 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transiçados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período							
1	1	146 832,33			204 272,53							166 986,82	261 043,42	779 135,10		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2				261 043,42							138 915,79		399 959,21		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				261 043,42							138 915,79		399 959,21		
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3												59 280,88	59 280,88		
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+4	146 832,33			465 315,95						305 902,61		59 280,88	977 331,77		
7	6	146 832,33			465 315,95						305 902,61		59 280,88	977 331,77		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7				59 280,88			1 289 029,54						1 348 310,42		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				59 280,88			1 289 029,54						1 348 310,42		
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8												(647 841,35)	(647 841,35)		
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	146 832,33			524 596,83			1 289 029,54			305 902,61		(647 841,35)	700 469,07		
														1 618 519,96		

Lisboa, 20 de Abril 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Seres

A DIRECÇÃO



## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

A Associação Protetora das Florinhas da Rua é uma IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede no Campo dos Mártires da Pátria nº67 – 1º Andar, em Lisboa. Esta Instituição Sem Fins Lucrativos dedica-se à atividade de apoio social para crianças e jovens com alojamento.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

No exercício de 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*"

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser adotadas ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".



### **3.2.2. Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de: o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras, ou os serviços que lhes estão associados, não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, mas sim estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **3.2.3. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

#### **Clientes e outras contas a receber**

As rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” incluem caixa, depósitos bancários, aplicações de tesouraria com grande liquidez, sendo estas mensuradas ao justo valor.

#### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### **3.2.4. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando, se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:



- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### **3.2.5. Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### **3.2.6. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.7. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a



Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecas à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.8. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas*



*fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

### **3.2.9. Rédito e regime do acréscimo**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal. Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o redito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, sendo provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências tenham sido substancialmente resolvidas. Os rendimentos são reconhecidos na data da sua prestação. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

### **3.2.10. Subsídios**

Os subsídios do governo são reconhecidos ao justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.



Os subsídios atribuídos a fundo perdido para ao financiamento de ativos ficos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item “Outras variações nos fundos patrimoniais”, são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorre o respetivo período de depreciação e amortização.

### **3.2.11. Especialização dos exercícios**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e Diferimentos.

### **3.2.12. Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados significativos.

## **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

### Ativos Fixos Tangíveis

No exercício de 2018, foi deliberado proceder-se à reavaliação dos bens incluídos na rubrica “Edifícios e outras construções”, o que originou um aumento significativo do valor inscrito nesta rubrica comparativamente com o do exercício anterior:

#### Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Aumentos	Abates/Reduções	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	6 388,39			554 510,78	560 899,17
Edifícios e outras construções	94 008,70			1 588 688,80	1 682 697,50
Equipamento básico	57 261,39				57 261,39
Equipamento administrativo	12 445,85	299,99			12 745,84
Edifício Sede - Investimento em curso	995 187,73	97 061,02			1 092 248,75
<b>Soma</b>	<b>1 165 292,06</b>	<b>97 361,01</b>		<b>2 143 199,58</b>	<b>3 405 852,65</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	54 486,61	33 653,95		854 170,04	942 310,60
Equipamento básico	51 744,02	1 374,21			53 118,23
Equipamento administrativo	12 445,85	42,84			12 488,69
Edifício Sede - Investimento em curso	-				
<b>Soma</b>	<b>118 676,48</b>	<b>35 071,00</b>		<b>854 170,04</b>	<b>1 007 917,52</b>
<b>Total líquido</b>	<b>1 046 615,58</b>	<b>62 290,01</b>		<b>1 289 029,54</b>	<b>2 397 935,13</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>					
Edifício Sede - Investimento em curso		634 745,75			-634 745,75
<b>Valor Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>1 046 615,58</b>				<b>1 763 189,38</b>

Simultaneamente, o valor da rubrica “Terrenos e recursos naturais” foi também sujeito a um acréscimo decorrente da mesma reavaliação. Essa reavaliação teve por base os relatórios de avaliação emitidos por uma entidade independente e em cumprimento das exigências legais vigentes. A rubrica “Equipamento básico” não sofreu neste exercício, qualquer alteração e a rubrica “Equipamento administrativo” teve uma aquisição de pequeno montante.

O valor registado em investimentos em curso, diz respeito à construção do Edifício da Sede da Associação que ficará sediada em Odivelas. No exercício de 2018, foram executadas várias intervenções a nível dos acabamentos e a obra encontra-se quase concluída. Estas intervenções resultaram num aumento significativo do valor contabilístico inicialmente registado. Por outro lado, foi também solicitada a reavaliação ao valor atual do ativo por uma entidade independente, a este edifício denominado Sede da Associação. Face ao valor atribuído nessa reavaliação, foi necessário proceder a um ajustamento contabilístico ao valor registado. Para

esse efeito, foi contabilizada uma perda por imparidade ao ativo tangível ainda em curso, diminuindo significativamente o seu valor.

## 6. Outros ativos financeiros

No exercício de 2018, a rubrica “*Outros ativos financeiros*” sofreu um ligeiro aumento comparativamente com o ano anterior, na rubrica “Fundos de Compensação” decorrente da gestão dos recursos humanos desenvolvida neste período. Já o valor registado em “Outros Títulos” manteve-se igual.

Descrição	2018	2017
<b>Outros investimentos financeiros</b>		
Fundo de Compensação	1 429,82	1 002,84
Outros Títulos	412,77	412,77
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>		
Total	<b>1 842,59</b>	<b>1 415,61</b>

## 7. Inventários

Para o período de 2018 e 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Inventário em 31-Dez-2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	18 769,77	2 032,51		-
Total	-				-
Consumo mercadorias em stock					2 032,51

Os bens inscritos nesta rubrica e que transitaram do exercício de 2017 para o exercício de 2018 foram consumidos na totalidade na atividade normal da Instituição, não se registando no final deste período qualquer bem a transitar para o seguinte.

## 8. Clientes

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Clientes” apresentava a seguinte composição:



Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		23 645,33
<b>Total</b>	-	23 645,33

**Perdas por Imparidade do período**

Descrição	2018	2017
Utentes	-	-
<b>Total</b>	-	-

No decurso do exercício de 2018, os valores pendentes foram regularizados e não transitou nenhum montante para o exercício seguinte.

## 9. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associado/Membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Doadores		
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	353 741,63	430 341,63
<b>Total</b>	<b>353 741,63</b>	<b>430 341,63</b>
<b>Passivo</b>		
Doadores	59 647,66	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>59 647,66</b>	<b>-</b>

Provisões	2018	2017
Saldo inicial	430 341,63	405 141,91
Reforços		25 199,72
Reversões	92 199,72	
Utilizações		
Saldo Final	<b>338 141,91</b>	<b>430 341,63</b>

Dos “Financiamentos concedidos” registados, a Entidade Centro Comunitário Paroquial da Ramada procedeu neste exercício, à regularização de parte do valor em dívida, de forma regular e em montante constante. Este facto originou não só uma redução do valor em dívida registado, bem como a necessidade de diminuir o valor da provisão anteriormente constituída.

Por outro lado, e não existindo evidências da titularidade de alguns montantes registados nesta rubrica, foi realizado no ano de 2018 o respetivo ajustamento contabilístico aos valores até aqui contabilizados.

Relativamente aos “Financiamentos obtidos” registados, a Entidade Jerónimo Martins SGPS, SA representa um importante apoio para a Instituição, uma vez que anualmente dá uma contribuição essencial para o seu normal funcionamento.

## 10. Outros Créditos a Receber

A rubrica de “Outros Créditos a Receber”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Outros créditos a receber</b>		
Outros Devedores	14 555,85	190 152,40
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Perdas por Imparidade		(130 977,37)
<b>Total</b>	<b>14 555,85</b>	<b>59 175,03</b>

Perdas por imparidade	2018	2017
Saldo inicial	130 977,37	131 048,20
Reforços		
Reversões	-130 977,37	-70,83
Utilizações		
<b>Saldo Final</b>	<b>0,00</b>	<b>130 977,37</b>

No exercício de 2018, foi registado um ajustamento contabilístico aos montantes para os quais não existiam evidências da sua titularidade. O montante mais relevante registado nesta rubrica em 2018 diz respeito aos Pedidos de Restituição do IVA entregues à Autoridade Tributária e que, tal como está definido legalmente serão regularizados no próximo exercício.

## 11. Diferimentos

Em 2018 a rubrica de “Diferimentos” registou um montante de gastos a reconhecer no próximo exercício, nomeadamente de “Seguros”, conforme se apresenta:



Descrição	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	370,42	
<b>Total</b>	<b>370,42</b>	<b>-</b>

## 12. Outros Ativos Financeiros

A rubrica de "Outros Ativos Financeiros" manteve os mesmos saldos do ano anterior:

Descrição	2018	2017
BPI - R Mais Fixo	177,08	177,08
Outros ativos financeiros	2 652,66	2 652,66
<b>Total</b>	<b>2 829,74</b>	<b>2 829,74</b>

## 13. Caixa e Depósitos Bancários

No exercício de 2018, a Instituição apresentava os seguintes saldos na rubrica de "Caixa e depósitos à ordem":

Descrição	2018	2017
Caixa	72,69	
Depósitos à ordem	13 742,75	112 751,95
<b>Total</b>	<b>13 815,44</b>	<b>112 751,95</b>

A Instituição possui uma pequena caixa para realizar os pagamentos de despesas de pequeno montante. A nível de depósitos à ordem possui três contas bancárias, sendo duas no Banco Caixa Geral de Depósitos e a outra no BPI- Banco Português de Investimento. Em 2018, o decréscimo do saldo na rubrica "Depósitos à ordem" comparativamente com o ano de 2017, deve-se à liquidação das várias intervenções nos acabamentos da obra em curso no Edifício Sede sito em Odivelas.

## 14. Fundos Patrimoniais

No exercício de 2018, a Instituição apresentava a seguinte evolução na rubrica de "Fundos Patrimoniais":

Descrição	Saldo em 01-01-18	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2018
Fundos	146 832,33	-	-	146 832,33
Resultados transitados	465 315,95	59 280,88		524 596,83
Excedentes de revalorização	-	1 289 029,54	-	1 289 029,54
Outras variações patrimoniais	305 902,61	-	-	305 902,61
Resultado líquido do período	59 280,88	(647 841,35)	59 280,88	-647 841,35
<b>Total</b>	<b>977 331,77</b>	<b>700 469,07</b>	<b>59 280,88</b>	<b>1 618 519,96</b>

O Resultado Líquido do exercício de 2017 foi incorporado na rubrica “Resultados Transitados” justificando assim, o seu aumento.

O registo contabilístico da reavaliação do valor dos ativos inscritos na rubrica “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, resultou no valor apresentado na rubrica “Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis”.

Por último, o Resultado Líquido do exercício de 2018 irá contribuir para a diminuição dos “Fundos Patrimoniais”.

## 15. Fornecedores

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, as contas de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	33 450,35	41 885,37

## 16. Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	1 556,40
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	1 227,51	1 356,22
Segurança Social	3 450,36	3 844,37
Fundo de compensação	46,81	42,16
<b>Total</b>	<b>4 724,68</b>	<b>6 799,15</b>



Sendo a Instituição uma entidade sem fins lucrativos, os valores que apresentava nesta rubrica no exercício de 2018 correspondem ao Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares, Segurança Social e Fundo de Compensação decorrentes dos gastos com o pessoal.

## 17. Financiamentos obtidos

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, as contas de “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
CGD - Operação contratação	69 399,93	85 000,00
<b>Total</b>	<b>69 399,93</b>	<b>85 000,00</b>

O valor inscrito nesta rubrica diz respeito ao valor ainda em dívida relativamente ao empréstimo bancário contraído no exercício de 2015, de valor inicial de 100.000 euros (cem mil euros) na Caixa Geral de Depósitos.

## 18. Outras dívidas a pagar

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, as contas de “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Fundadores/Patroc./Doadores/Associados		73 190,28
Fornecedores de Investimentos	2 176,51	41 449,26
Credores por acréscimos de gastos	24 284,05	22 665,60
Outros credores		144,32
Pessoal		
<b>Total</b>	<b>26 460,56</b>	<b>137 449,46</b>

Tal como se pode verificar, o saldo com a rubrica “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” tem vindo a diminuir devido em parte à aproximação do fim da obra em curso do Edifício Sede sito em Odivelas e também devido a políticas de gestão de recursos financeiros mais ajustadas à Instituição.

## 19. Vendas e Serviços Prestados

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de “Vendas e Serviços Prestados” apresentava a seguinte composição:



Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços		
Quotas e Jóias de sócios	570,00	1 270,00
<b>Total</b>	<b>570,00</b>	<b>1 270,00</b>

## 20. Subsídios e Doações

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de “Subsídios e Doações” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
<b>Subsídios do Governo</b>		
Centro Regional Segurança Social	220 905,14	209 645,35
Doações e heranças	31 820,69	27 295,05
<b>Total</b>	<b>252 725,83</b>	<b>236 940,40</b>

Relativamente aos valores recebidos da Segurança Social, houve um aumento no exercício de 2018 devido a uma candidatura ao Programa Plano Ser+, que atribuiu à Instituição um valor extraordinário de cerca de 12 651 euros (doze mil seiscientos e cinquenta e um euros).

Quanto às doações, foram organizados no ano de 2018 alguns eventos temáticos que permitiram à Instituição aumentar o valor da rubrica “Doações e heranças” face ao que foi recebido no exercício de 2017.

## 21. Fornecimentos e serviços externos

No exercício de 2018, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” sofreu uma grande alteração relativamente ao exercício de 2017, nomeadamente na rubrica “Materiais” uma vez que passou a ser aqui contabilizado, todos os produtos de consumo da Instituição.

Assim e comparando os dois exercícios, as rubricas com montantes mais elevados no ano de 2018 passaram a ser os “Materiais”, os “Serviços Especializados” e as “Rendas”.

Há também a destacar que, a rubrica “Energia e outros fluidos” aumentou bastante o seu valor devido a mensalmente, ter passado a ser cobrado à Instituição um valor fixo de 1000 euros (mil euros) relativamente a consumos de eletricidade e água pela permanência nas instalações da Casa do Gaiato.



Descrição	2018	2017
Materiais	30 544,76	1 295,32
Serviços especializados	22 748,09	15 121,33
Rendas	18 375,00	18 536,77
Energia e fluidos	16 537,67	6 841,64
Deslocações, estadas e transportes	10 145,65	10 951,70
Comunicação	2 272,28	2 493,56
Limpeza e Higiene	691,15	2 004,84
Contencioso	50,00	276,00
Seguros	31,07	318,62
<b>Total</b>	<b>101 395,67</b>	<b>57 839,78</b>

## 22. Gastos com o pessoal

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Gastos com o pessoal” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	147 945,96	152 260,03
Encargos sobre as Remunerações	32 521,09	33 349,77
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 275,49	5,11
Outros Gastos com o Pessoal	603,00	23,00
<b>Total</b>	<b>182 345,54</b>	<b>185 637,91</b>
<b>Nº médio trabalhadores</b>	<b>11</b>	<b>11</b>

O número médio de trabalhadores manteve-se nos onze ao longo do ano de 2018. Há ainda a salientar que um dos trabalhadores esteve de baixa médica por um período de quase três meses, o que resultou numa diminuição dos valores nesta rubrica comparativamente com o ano de 2017.

## 23. Imparidades (perdas/reversões)

A 31 de Dezembro de 2018 foi registada uma perda por imparidade de montante significativo, conforme o seguinte detalhe:

	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Perdas por Imparidade</b>				
Edifício Sede - Investimento em curso		634 745,75		634 745,75
<b>Total</b>				<b>634 745,75</b>

O registo desta perda por imparidade resultou do ajuste do valor atribuído à obra em curso do Edifício Sede sito em Odivelas tendo por base a reavaliação solicitada pela Instituição a uma Entidade independente.

## 24. Outros rendimentos

No exercício de 2018 e de 2017, a rubrica “Outros rendimentos” apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	43 262,50	42 022,96
Correções relativas a anos anteriores	248 218,11	89,16
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros	4 500,00	81 000,00
Restituição de impostos	1 568,55	
<b>Total</b>	<b>297 549,16</b>	<b>123 112,12</b>

No ano de 2018 foram registados alguns ajustamentos contabilísticos a montantes para os quais não existiam evidências da sua titularidade, o que originou um aumento na rubrica “Correções relativas a anos anteriores”.

No exercício de 2018 foi ainda registada a indemnização decorrente de um sinistro no valor de 4 500 euros (quatro mil e quinhentos euros).

## 25. Outros gastos

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Outros gastos” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Correções relativas a anos anteriores	231 540,30	34 952,59
Impostos	182,47	1 177,88
Quotizações		346,00
Outros Gastos e perdas	12 526,55	650,91
<b>Total</b>	<b>244 249,32</b>	<b>37 127,38</b>

A rubrica “Correções relativas a anos anteriores” aumentou comparativamente com o ano de 2017 devido aos ajustamentos contabilísticos a montantes para os quais não existiam evidências da sua titularidade.

## 26. Resultados Financeiros

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Instituição apresentava os seguintes valores como Resultados Financeiros:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1 039,50	1 623,01
<b>Total</b>	<b>1 039,50</b>	<b>1 623,01</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	160,33	502,15
Dividendos obtidos	0,11	-
<b>Total</b>	<b>160,44</b>	<b>502,15</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(879,06)</b>	<b>(1 120,86)</b>

## 27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 28. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal no dia 20 de Abril de 2019

Lisboa, 20 de Abril de 2019



O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO